



ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNEROS NA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE A PARTIR DE DIZERES DE SUJEITOS-TRABALHADORES DA UNICAMP

Luana Cristina Santos Marques¹

Uma política de língua (Orlandi, 2007) institucional demarca uma tomada de posição de uma instituição em relação à língua. A partir da análise do discurso materialista, com o reconhecimento da relação entre língua e ideologia e alinhado ao crescimento dos debates que criticam as diferenças de gênero que podem estar reproduzidas em formas linguísticas normalizadas como, por exemplo, o uso do masculino como genérico, analisamos como diversas instituições – como o Governo do Rio Grande do Sul (2014) e a Justiça Eleitoral do Pará (2021) – desenvolveram instrumentos linguísticos (Auroux, 1992) reguladores de formas linguísticas que produzem o efeito de inclusão de homens e mulheres, assumindo um posicionamento em relação a usos normalizados da língua e chamando a atenção de seus representantes – funcionáries dessas instâncias – para essa relação da língua e gênero.

A partir do aumento da visibilidade de outras identidades de gênero possíveis, como a de pessoas não binárias e/ou fluidas, as discussões acerca da linguagem inclusiva de gênero (doravante LIG) deixaram de pontuar apenas a visibilidade feminina e se estenderam para a necessidade de questionar o próprio CISTema (Bagagli, 2021) linguístico - com C, realçando o efeito da cisnormatividade (ideia de correspondência entre sexo/biológico e gênero/social) nas formas linguísticas. Com isso, falantes não bináries começaram a destacar seu gênero com formas linguísticas como, por exemplo, neopronomes, como elu/delu, buscando representatividade na língua. Entretanto, os instrumentos linguísticos institucionalizados, como os já citados, não se concentram nessa amplitude de perspectiva de gênero, embora algumas indicações de formas linguísticas deem conta dessa inclusão não binária. Assim, a partir da observação desses fatos linguísticos, questionamos, quais sentidos de linguagem inclusiva de gênero circulam nas discussões sobre a relação entre língua e gênero?

Desenvolver essa pesquisa numa instituição pública de ensino nos levou a questionar o contexto em que estamos. A Universidade Estadual de Campinas ainda não tem uma política de língua, um manual linguístico, nem indicações de comunicação que abordem essa discussão². Por isso, questionamos: como uma instituição, especificamente uma universidade pública, se posiciona em relação a esse debate e essa emergência política e linguística? O nosso primeiro contato com flexão de gênero não binária foi em uma faixa de boas-vindas na calourada de 2019 da Unicamp, que dizia: “bem-vind@s calour@s”. Aquele discurso, com efeito de autoria da universidade, foi produzido e circulado em certas condições de produção, e demarca uma

¹ Mestranda em Linguística, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de língua portuguesa e educação inclusiva no ensino básico público.

² Conforme comunicação interna da universidade, em Newsletter de outubro de 2025, fomos informadas que uma Política Linguística está sendo construída por um Grupo de Trabalho selecionado para tal fim.



tomada de posição no debate acerca da LIG, mesmo sem ser uma tomada de posição institucional. Movidas pelo interesse em entender os sentidos da LIG na comunicação institucional da Unicamp, amplificado pelo contexto de demanda e aprovação de cotas trans, circulamos um questionário online – com questões de múltipla escolha e dissertativas, através de Google Forms³ – para funcionáries da Unicamp – docentes e técnico-administrativos – a respeito da LIG na comunicação institucional.

Embora a subjetividade empírica não seja relevante na AD, selecionamos esse público pois, na ausência de políticas de língua, a tomada de decisão a respeito de formas linguísticas fica a critério de quem produz os discursos com efeito de autoria da universidade. Além disso, diferenciamos docentes de técnico-administrativos como uma forma de marcar a presença, muitas vezes ignorada no imaginário popular, de trabalhadores técnico-administrativos na universidade que costumam ficar apagados de produções acadêmicas/intelectuais. Mesmo com essa diferenciação na base de dados, na análise das respostas, apagamos essa diferença e enumeramos as respostas respeitando a cronologia. O questionário foi composto pelas seguintes perguntas:

- 1) Você é docente ou funcionário? Respostas: docente ou funcionário.
- 2) Você conhece a linguagem inclusiva de gêneros? Por exemplo, uso de todes, tod@s, todxs. Respostas: sim ou não.
- 3) Você usa essa linguagem na sua relação com os meios ou documentos de comunicação interna/externa da Unicamp? Respostas: sim ou não.
- 4) Qual(is) signo(s) da linguagem inclusiva de gênero você mais usa? Respostas (possível mais de uma opção): variação do "E", ex: alunes; variação do "X", ex: alunxs; variação do "@", ex: tod@s; termo masculino e feminino, ex: alunos e alunas; termo masculino, feminino e inclusivo, ex: alunos, alunas e alunes: 24 respostas; e nenhum.
- 5) Você usa esses signos na linguagem oral ou escrita? Respostas: oral; escrita; oral e escrita; e nenhuma.
- 6) Você considera esse uso pertinente? Respostas: sim ou não.

Justifique sua resposta anterior. Respostas dissertativas.

- 7) Você acha que o uso desses signos deveria ser um princípio na comunicação institucional da Unicamp? Respostas: sim ou não.

Justifique sua resposta anterior. Respostas dissertativas.

As respostas dissertativas às questões 6 e 7 são as sequências discursivas que enumeramos cronologicamente e compõem o nosso corpus de análise. Diante da ausência de políticas de língua institucionalizadas da universidade e de discussões acerca do tema, percebemos grande diversidade na concordância e entendimento dos sujeitos acerca da LIG. Das 379 respostas, 273 afirmaram que conheciam a LIG e 106 que não conheciam. Dentre as que conheciam, 215 afirmaram que não faziam uso dessa linguagem na sua relação de comunicação institucional na Unicamp, enquanto 58 afirmaram que faziam. Além

³ Aprovado pelo Comitê de Ética. CAAE: 52562521.4.0000.8142.



disso, 160 respostas apontaram que essa linguagem é pertinente, enquanto 113 a consideraram desnecessária. Como trabalhar com tantos dados a partir da análise do discurso materialista?

Inicialmente, percebemos que não há consenso a respeito da LIG: há quem ache que a língua portuguesa já é inclusiva, há quem defenda uma linguagem que identifique apenas homens e mulheres, ignorando a representatividade de pessoas não binárias, e há quem defenda o respeito às identidades de gênero não hegemônicas.

Neste momento, para organização da análise, identificamos os efeitos de sentido mais recorrentes nos discursos. São eles: estranhamento; falta de conhecimento; argumento de autoridade da biologia; argumento de autoridade da norma culta; a ideia de que a língua pode incluir socialmente e a ideia de que é apenas uma questão gramatical; posicionamentos contra imposição linguística; questionamento quanto à adequação contextual, se pode ser formal ou não; necessidade de institucionalizar por medo da repercussão do uso; posicionamentos contra a LIG, por ser considerada ideológica ou por não ser julgada necessária.

Além disso, analisamos os diferentes efeitos de sentido produzidos, tanto a respeito dos posicionamentos que assumem, quanto pelos efeitos de sentido contraditórios produzidos, afinal, para a AD materialista, a linguagem não é um instrumento neutro de representação do mundo, mas um lugar de disputa, atravessado por contradições que revelam o efeito incontrolável dos sentidos produzidos pelos discursos. O discurso é constituído em formações ideológicas que regulam o que pode ser dito, quem pode dizer, e em que condições. Assim, os sentidos não são dados a priori, mas se produzem no embate entre diferentes posições sujeito e formações discursivas. Como destaca Orlandi (1996), todo dizer é afetado pelo político, pela ideologia e pela memória discursiva, e, por isso, nenhum texto pode ser tomado como transparente.

Nesse quadro teórico, os sujeitos são compreendidos como efeitos do discurso: não são livres ou autônomos, mas se constituem pelas posições que ocupam nas formações discursivas. É nesse ponto que a análise do debate sobre identidade de gênero se torna fecunda: a disputa em torno do uso ou não da linguagem inclusiva de gênero - e da compreensão da LIG -, da legitimidade, da autodeterminação e da adesão (ou resistência) à norma culta não se dá apenas no plano gramatical, mas nos campos da ideologia, da política e da memória.

Conforme argumenta Pêcheux (1990), os sentidos são sempre deslizados, instáveis, e os embates discursivos são formas pelas quais diferentes grupos sociais produzem sentidos alinhados a seus projetos ideológicos. Na discussão analisada, os posicionamentos em defesa da norma culta, da clareza e da tradição linguística entram em confronto com discursos que reivindicam reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas, como as pessoas não binárias. Tais embates evidenciam o caráter político da linguagem e a função reguladora das instituições na produção de sentidos considerados legítimos.

Um dos efeitos mais recorrentes é o do funcionamento da norma culta da língua, que compreendemos como língua imaginária, como mecanismo que pode controlar (Orlandi, 2009) inovações sintáticas, lexicais



ou morfológicas, como são entendidos os neopronomes (elu/delu, ile/dile) (entendidos aqui como integrantes da língua fluida).

Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle. Mas na realidade (língua fluida) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Dês-limite (Orlandi, 2009, p. 18).

É interessante como essa tentativa de controle da unidade apareceu fortemente num debate protagonizado por saberes linguísticos cotidianos (Ferreira, 2020), ou seja, produzidos por sujeitos que não são especialistas ou autoridades. Mesmo assim, vemos os saberes de especialistas tensionando a discussão, sendo evocados por aqueles que não concordam com a variação à norma culta. Assim, a norma culta funciona como discurso de autoridade na tomada de posição contrária ao uso de pronomes não binários.

Como destacamos, há diversos efeitos de sentido repetidos nas sequências discursivas que exploraremos na continuidade da pesquisa. Para este trabalho, consideramos fundamental divulgar o referencial teórico dessa pesquisa e a tomada de posição de analisar os efeitos de sentido da LIG, diante da falta de uma política de língua institucionalizada.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes. **Leitura**, n. 69, Dossiê Especial “Discurso, Gênero, Resistência”, 2021.
- FERREIRA, Ana Claudia Fernandes. Saberes linguísticos cotidianos. **Porto das Letras**, [S.l.], v. 6, n. 5, p. 324-351, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- MARQUES, Luana Cristina Santos. **Análise de tentativas de (des)legitimidade da linguagem inclusiva de gêneros**. TCC – Campinas, SP, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8128>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- MEDEIROS, Laís Virginia Alves. O acontecimento da linguagem inclusiva de gênero: uma análise discursiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; 13TH WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2017.
- MEDEIROS, Laís Virginia Alves. **Essa língua não me representa**: discursos sobre língua e gênero. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- MEDEIROS, Laís Virginia Alves; MARQUES, Luana Cristina Santos. A linguagem inclusiva de gênero nos dizeres de sujeitos não binários: reflexões à luz da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas. **Palimpsesto** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 105-125, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/84661>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.



ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e Outras Histórias**. Discursos sobre língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.